



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2019

DATA DA PROVA: 20/10/2019

CARGO: **ADVOGADO** (NÍVEL SUPERIOR)

Língua Portuguesa: 01 a 10; Legislação Específica: 11 a 15;

Conhecimentos Específicos: 16 a 40.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

| | |
|----|---|
| 1 | Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões. |
| 2 | A prova terá duração de 5 (cinco) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta. |
| 3 | Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta. |
| 4 | O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários. |
| 5 | Este caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d). |
| 6 | Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta. |
| 7 | Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal. |
| 8 | Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta. |
| 9 | Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta. |
| 10 | Assine o cartão-resposta no local indicado. |
| 11 | Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura. |
| 12 | Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova. |
| 13 | Depois de entregue o cartão-resposta, não será permitido ao candidato utilizar os sanitários do local de prova. |
| 14 | O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas. |
| 15 | É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta. |

Identificação do candidato

| Nome (em letra de forma) | Nº do Documento |
|--------------------------|-----------------|
| | |

QUESTÕES 01 A 10 - LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto a seguir, atribuído ao educador brasileiro Rubem Alves, para responder às próximas questões.

*“Minha vida se divide em três fases.
Na primeira, meu mundo era do tamanho do universo
E era habitado por deuses, verdades e absolutos.
Na segunda fase meu mundo encolheu,
ficou mais modesto e passou a ser habitado
por heróis revolucionários que portavam armas
e cantavam canções de transformar o mundo.
Na terceira fase, mortos os deuses,
mortos os heróis, mortas as verdades e os absolutos,
meu mundo se encolheu ainda mais
e chegou não à sua verdade final
mas à sua beleza final:
ficou belo e efêmero como uma jabuticabeira florida”.*

01. Em relação à interpretação do texto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O autor se lamenta pelo fato de que as melhores fases de sua vida foram encerradas abruptamente.
- b) A ideia central do autor é demonstrar como a sua visão de mundo se modificou ao longo do tempo.
- c) A terceira fase da vida do autor, embora não seja a mais bela, é ao menos a mais verdadeira e conclusiva.
- d) A principal conclusão do autor é simples: a melhor fase da vida é sempre a primeira, repleta de esperanças.

02. Na descrição da primeira fase de sua vida, Rubem Alves afirma que o seu mundo era então “habitado por deuses, verdades e absolutos”. Nesse contexto, os termos “deuses” e “verdades” são classificados gramaticalmente como:

- a) Adjetivos.
- b) Advérbios.
- c) Pronomes.
- d) Substantivos.

03. Ao tratar da terceira fase de sua vida, Rubem Alves afirma que nela já estavam “mortos os deuses, mortos os heróis, mortas as verdades e os absolutos”. Marque a alternativa que indica o nome da figura de linguagem utilizada nesse trecho.

- a) Anáfora.
- b) Sinestesia.
- c) Cacofonia.
- d) Onomatopeia.

04. Em relação à fonologia da palavra “jabuticabeira”, assinale a afirmação CORRETA.

- a) Não possui sílaba tônica.
- b) É formada por sete sílabas.
- c) É um vocábulo paroxítono.
- d) É composta só por sílabas átonas.

05. Na conclusão de sua reflexão sobre as fases de sua vida, Rubem Alves afirma que o seu mundo “ficou belo e efêmero como uma jabuticabeira florida”. Assinale a alternativa que contém um significado possível para a expressão “efêmero”.

- a) Eterno.
- b) Elegante.
- c) Passageiro.
- d) Deslumbrante.

O trecho a seguir foi extraído de um dos sermões do Pe. Antônio Vieira. Considere-o para responder às próximas questões.

“O amor fino não busca causa nem fruto. Se amo, porque me amam, tem o amor causa; se amo, para que me amem, tem fruto: e amor fino não há-de ter porquê nem para quê. Se amo, porque me amam, é obrigação, faço o que devo: se amo, para que me amem, é negociação, busco o que desejo. Pois como há-de amar o amor para ser fino? Amo, porque amo, e amo para amar. Quem ama porque o amam é agradecido; quem ama, para que o amem, é interesseiro: quem ama, não porque o amam, nem para que o amem, só esse é fino”.

06. Assinale a alternativa que apresenta a melhor interpretação sobre o sentido do texto.

- a) O texto traz um desabafo do autor quanto ao seu amor não correspondido.
- b) Trata-se de uma reflexão sobre a natureza altruísta do amor puro e verdadeiro.
- c) Para o autor do texto, o amor fino só existe de fato quando tem causas e efeitos.
- d) Ao propor uma definição de “amor fino”, o autor confessa não amar de verdade.

07. O texto se inicia com a afirmação de que “o amor fino não busca causa nem fruto”. Em relação ao termo “fino”, nesse contexto, pode-se dizer que um dos seus significados possíveis é:

- a) tênue.
- b) nobre.
- c) estreito.
- d) arrogante.

08. Em relação ao “amor fino”, há uma frase contida no texto que resume o seu significado, segundo a definição proposta pelo autor. Assinale a alternativa que contém essa frase.

- a) Amo, porque amo, e amo para amar.
- b) Se amo, para que me amem, tem fruto.
- c) Quem ama porque o amam é agradecido.
- d) Quem ama, para que o amem, é interesseiro.

09. Uma das conclusões apresentadas pelo Pe. Antônio Vieira é que o “amor fino não há-de ter porquê nem para quê”. Nessa frase, o termo “porquê” é classificado gramaticalmente como:

- a) pronome.
- b) conjunção.
- c) preposição.
- d) substantivo.

10. No texto, o autor afirma que “se amo, porque me amam, tem o amor causa”. Em relação à oração “tem o amor causa”, marque a alternativa CORRETA.

- a) A oração possui um sujeito oculto ou elíptico.
- b) O sujeito da oração é inexistente ou indeterminado.
- c) É o termo “amor” que exerce a função sintática de sujeito.
- d) O sujeito da oração é composto, pois é formado de dois núcleos.

QUESTÕES 11 A 15 - LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

11. Assinale a alternativa CORRETA, com base no Regimento Interno da Câmara Municipal de Colombo.

- a) Ainda que por requerimento de vereador, aprovado pelo Plenário, por maioria qualificada, não é possível que a Câmara se reúna em local diverso de sua sede.
- b) As sessões de instalação da legislatura, posse e de eleição da Mesa Diretora, serão presididas pelo vereador mais idoso que estiver presente.
- c) É possível posse de vereador por procuração.
- d) A sessão legislativa ordinária compreende o período de 15 de fevereiro a 15 de dezembro, com recesso durante o mês de junho.

12. Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Colombo, NÃO constitui hipótese de convocação do suplente:

- a) Investidura em cargo de Secretário Municipal.
- b) Morte.
- c) Renúncia.
- d) Licença superior a noventa dias.

13. Com base na Lei Orgânica do Município de Colombo, assinale a alternativa CORRETA.

a) Como agente normativo e regulador da atividade econômica local, o Município exercerá as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este indicativo para o setor público e determinante para o setor privado.

b) A microempresa e a empresa de pequeno porte, assim definidas em lei municipal, receberão do Município tratamento jurídico diferenciado, visando o incentivo de sua criação pela simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias, na forma estabelecida em lei ordinária.

c) É assegurado o exercício de atividades aos vendedores ambulantes e artesãos nos espaços públicos disponíveis, em conformidade com a lei e o regulamento.

d) O Município considerará o turismo como fator prescindível ao seu processo de desenvolvimento social e econômico, razão porque fica obrigado a promovê-lo e incentivá-lo.

14. Acerca da possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos, de acordo exclusivamente com o que dispõe o Estatuto dos Servidores Municipais de Colombo, é INCORRETO afirmar que:

a) O servidor não poderá, em hipótese alguma, exercer mais de um cargo em comissão ou função de confiança, exceto quando nomeado interinamente, sendo vedada a acumulação de remuneração.

b) A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação de compatibilidade de horários, limitada ao máximo de 60 (sessenta) horas semanais.

c) O servidor público vinculado ao regime do Estatuto dos Servidores Municipais de Colombo, que acumular lícitamente 2 (dois) cargos efetivos no Município, quando investido em cargo de provimento em comissão ficará afastado de um dos cargos efetivos, devendo realizar a opção por um deles.

d) Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorrem essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

15. De acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais de Colombo, no caso de servidor público ocupante de cargo efetivo ser eleito e investido no mandato de vereador:

- a) Ficará, automaticamente, afastado de seu cargo.
- b) Havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo do subsídio do cargo eletivo.

c) Não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo e perceberá obrigatoriamente o subsídio do cargo eletivo.

d) Ser-lhe-á concedida licença para tratar de assuntos particulares durante todo o período em que exercer a vereança.

QUESTÕES 16 A 40 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Na hipótese de lei municipal contrariar, concomitantemente, dispositivo presente na Constituição Federal e repetido na Constituição Estadual:

a) Caberá ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

b) Caberá ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado respectivo.

c) Não caberá ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado respectivo, em razão de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

d) Somente se admitirá o controle difuso de constitucionalidade.

17. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, lei municipal que proíbe a conferência de produtos, após o cliente efetuar o pagamento nas caixas, e prevê sanções administrativas em caso de descumprimento:

a) Viola a competência privativa da União para legislar sobre direito comercial.

b) Diz respeito a assunto de interesse local, mas padece de vício de inconstitucionalidade, vez que trata, de modo reflexo, de direito comercial e do consumidor.

c) Insere-se na competência legislativa municipal, porque diz respeito à proteção das relações de consumo dos seus municípios, assunto de interesse local.

d) É inconstitucional porque não trata de assunto de interesse local, o que retira do município a competência para legislar sobre proteção ao consumidor.

18. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. Sobre o assunto, conforme a Lei da Transparência (Lei n.º 12.527/2011), assinale a alternativa INCORRETA.

a) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o decurso do prazo legal de 5 (cinco) anos.

b) Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

c) Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado e o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.

d) Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação indicada no enunciado, vigoram a partir da data de sua produção e são respectivamente os seguintes: 25 (vinte e cinco), 15 (quinze) e 5 (cinco) anos.

19. Conforme o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, qual o teto remuneratório aplicável aos procuradores municipais?

a) Subsídio do prefeito.

b) Noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

c) Subsídio dos Desembargadores do respectivo Estado.

d) Subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

20. A respeito das emendas constitucionais, assinale a alternativa CORRETA.

a) O rol de legitimados aptos a apresentar proposta de emenda constitucional é taxativo, mas a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que cabe iniciativa popular de emenda à Constituição da República, com fundamento no fato de que é o povo, em última análise, o titular do poder constituinte.

b) Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, inexistente nulidade na realização de dois turnos de votação de emenda constitucional no mesmo dia, uma vez que o artifício de abrir e encerrar, por exemplo, numa mesma noite, sucessivas sessões deliberativas, não viola o texto constitucional, que não estabeleceu tratamento específico quanto ao intervalo temporal mínimo entre os dois turnos de votação.

c) A proposta de emenda constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos respectivos membros.

d) Na vigência de intervenção federal, não poderá tramitar projeto de emenda à constituição.

21. Sobre os Municípios, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A definição do número de vereadores da Câmara Municipal toma por base o número de eleitores do município.
- b) Os vereadores gozam da imunidade material, mas não da formal.
- c) O prefeito será julgado pelo Tribunal Regional Federal, em se tratando de crime contra o sistema financeiro.
- d) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

22. A respeito do tema serviços públicos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A concessão de serviço público consiste na delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa física ou jurídica, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- b) O edital referente à licitação de concessão de serviço público não poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento.
- c) É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente, independentemente de concorrência.
- d) Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

23. No que diz respeito à prescrição da ação de improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- a) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato culposo ou doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- b) Em caso de ação de improbidade administrativa que envolva dois ou mais réus agentes políticos, o termo inicial do prazo prescricional, para todos eles, é a data do término do mandato daquele que deixou o cargo por último.
- c) Ao particular aplica-se o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público.
- d) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa podem ser propostas até três anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

24. A Súmula Vinculante número 13 do Supremo Tribunal Federal consagrou e sedimentou a vedação ao nepotismo. Sobre o assunto, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Decisão judicial que anula ato de nomeação para cargo político apenas com fundamento na relação de parentesco estabelecida entre o nomeado e o chefe do Poder Executivo, em todas as esferas da Federação, converge com o entendimento da Suprema Corte consubstanciada na Súmula Vinculante 13.
- b) A regra de constituição estadual que permite, relativamente a cargos em comissão ou funções gratificadas, a nomeação, a admissão ou a permanência de até dois parentes de autoridades públicas, ofende irremediavelmente a Constituição Federal.
- c) O Supremo Tribunal Federal tem afastado a aplicação da Súmula Vinculante 13 a cargos públicos de natureza política, ressalvados os casos de inequívoca falta de razoabilidade, por manifesta ausência de qualificação técnica ou inidoneidade moral.
- d) Não há necessidade de edição de lei formal para a vedação ao nepotismo, uma vez que referida proibição emana diretamente dos princípios constitucionais contidos no Art. 37, “caput”, da Constituição Federal.

25. Assinale a alternativa CORRETA a respeito dos crimes de responsabilidade praticados por prefeitos.

- a) O arquivamento do processo de cassação do prefeito pela prática de infrações político-administrativas, pelo decurso do prazo legal sem julgamento, impede nova denúncia, exceto se tratar de fatos novos.
- b) O processo de cassação do prefeito pela prática de infrações político-administrativas, deverá estar concluído dentro em cento e vinte dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado.
- c) O Decreto-Lei 201/67, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, prevê não somente infrações político-administrativas, mas também infrações penais, com penas de até 12 anos de reclusão.
- d) A definição dos crimes de responsabilidade dos prefeitos e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa dos Municípios.

26. O ato administrativo que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único classifica-se, quanto à formação de vontade, como:

- a) Composto.
- b) Complexo.
- c) Simples.
- d) Coletivo.

27. Assinale a alternativa CORRETA, a respeito das pessoas jurídicas, conforme o Código Civil de 2002.

- a) Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, a exemplo das autarquias, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas do Código Civil.
- b) Decai em cinco anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- c) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- d) São pessoas jurídicas de direito público interno os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.

28. Assinale a alternativa INCORRETA, a respeito do direito das obrigações, conforme o Código Civil de 2002.

- a) A obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos credores ou codevedores, e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para o outro.
- b) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- c) Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.
- d) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.

29. Com fulcro na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e no Código Civil de 2002, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os direitos à informação e à livre manifestação do pensamento não possuem caráter absoluto, encontrando limites na legislação infraconstitucional e nas garantias constitucionais essenciais à concretização da dignidade da pessoa humana.
- b) Depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

c) O parceiro que apenas suspeita de sua condição soropositiva por ter adotado comportamento sabidamente temerário (vida promíscua, utilização de drogas injetáveis, entre outros) e, mesmo assim, continua normalmente tendo relações sexuais com sua companheira sem alertá-la para esse fato, não responde civilmente pelos eventuais danos causados.

d) Os filhos absolutamente incapazes, quando praticarem atos que causem prejuízos, serão solidariamente responsáveis com seus pais pelos danos causados.

30. Com base no Código de Processo Civil em vigor e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Não incidem os juros de mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição de pequeno valor (RPV) ou do precatório.
- b) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- c) Admite-se, em sede de execução fiscal, medidas atípicas afitivas pessoais, tais como a suspensão de passaporte e da licença para dirigir.
- d) As associações possuem legitimidade para defesa dos direitos e dos interesses coletivos ou individuais homogêneos, independentemente de autorização expressa dos associados.

31. O Novo Código de Processo Civil (CPC) inovou ao dedicar todo um capítulo aos conciliadores e mediadores, enaltecendo os mecanismos de soluções alternativas de conflitos. Em relação ao tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A criação dos centros judiciários de solução consensual de conflitos é uma imposição do CPC aos tribunais.
- b) O tribunal poderá optar pela criação de quadro próprio de conciliadores e mediadores, a ser preenchido por concurso público de provas e títulos, observadas as disposições deste Capítulo.
- c) O CPC possui dispositivo que prevê o respeito ao sistema multipartas de solução de conflitos, de modo que devem coexistir, ao lado da mediação e da conciliação, outros mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos.
- d) Os conciliadores e mediadores judiciais cadastrados na forma prevista em lei, se advogados, estarão impedidos de exercer a advocacia nas comarcas em que desempenhem suas funções.

32. Com base na legislação em vigor, a respeito dos diversos procedimentos especiais previstos em leis extravagantes ao Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

a) Nas decisões proferidas em mandado de segurança e nos respectivos recursos, quando não publicado, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do julgamento, o acórdão será substituído pelas respectivas notas taquigráficas, independentemente de revisão.

b) O mandado de injunção coletivo não induz litispendência em relação aos individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante que não requerer a desistência da demanda individual no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência comprovada da impetração coletiva.

c) Em sede de ação popular, o prazo de contestação é de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental, e será comum a todos os interessados, correndo da entrega em cartório do mandado cumprido, ou, quando for o caso, do decurso do prazo assinado em edital.

d) Poderá o juiz conceder mandado liminar em ação civil pública, desde que com justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.

33. Quanto à coisa julgada, é CORRETO afirmar que:

a) O Código de Processo Civil de 2015 aceita, de forma expressa, que decisões interlocutórias de mérito transitem em julgado.

b) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, prejudicando, porém, terceiros.

c) Denomina-se coisa julgada formal a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

d) A verdade dos fatos, desde que estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.

34. A respeito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, assinale a alternativa INCORRETA.

a) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

b) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

c) O cumprimento do acordo ou da sentença, com trânsito em julgado, que imponham obrigação de fazer, não fazer ou entrega de coisa certa, será efetuado mediante intimação da autoridade citada para a causa, por intermédio de oficial de justiça.

d) Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de 5 (cinco) anos de experiência.

35. Assinale a alternativa CORRETA a respeito do empréstimo compulsório.

a) Sua criação prescinde de lei complementar.

b) Pode ser instituído pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

c) A promessa de devolução em moeda ao contribuinte é marca não essencial da espécie tributária.

d) É tributo cujo fato gerador pode ser vinculado ou não vinculado.

36. Assinale a alternativa CORRETA, com base no Código Tributário Nacional.

a) A obrigação tributária comporta duas espécies: principal e acessória. Ambas possuem natureza patrimonial.

b) Admite-se a divulgação de informações, por parte do fisco, a respeito de representações fiscais para fins penais elaboradas contra contribuintes pessoas físicas.

c) A atualização monetária do valor da base de cálculo do tributo constitui majoração do tributo e pode ser veiculada por meio de decreto.

d) Interpreta-se a definição legal do fato gerador levando-se em consideração a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como a natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.

37. Conforme o Código Tributário Nacional, a moratória é causa de:

a) Extinção do crédito tributário.

b) Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

c) Exclusão do crédito tributário.

d) Retificação do crédito tributário.

38. No que diz respeito à natureza jurídica da relação de emprego e às teorias doutrinárias sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

a) São duas as grandes correntes doutrinárias que procuram explicar a natureza jurídica da relação de emprego: contratualista e anticontratualista.

b) A teoria contratualista tem origem no direito romano, que colocava o trabalho e a mão de obra como espécies de arrendamento.

c) A teoria contratualista do contrato-realidade apregoa que, a despeito da existência de um contrato, o que deve prevalecer é a situação fática extraída da realidade (primazia da realidade).

d) A teoria contratualista enfatiza que a relação de emprego possui natureza jurídica contratual, pois nasce da manifestação livre da vontade das partes.

39. Assinale a alternativa CORRETA em relação à prescrição no âmbito do Direito do Trabalho, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho.

a) Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de cinco anos.

b) A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, desde que em juízo competente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.

c) A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em dois anos, após a extinção do contrato de trabalho, para o trabalhador rural e em cinco anos para o trabalhador urbano.

d) Tratando-se de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.

40. Assinale a alternativa INCORRETA, com base na Consolidação das Leis do Trabalho e na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

a) O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de insalubridade, cabendo-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, dentre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado.

b) A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, ainda que as medidas de ordem geral ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados.

c) O equipamento de proteção só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho.

d) O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

| | | | | | | | | | | | | | | |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |